

EMMANUEL DOMINGUES

O AGRAVO INTERNO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E QUESTÕES CORRELATAS

Londrina/PR
2021


THOTH
EDITORA



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

Diagramação e Capa: Editora Thoth
Revisão: Joelma de Riz.
Editor chefe: Bruno Fuga
Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes
Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur Bezerra de Souza Junior

Conselho Editorial (Gestão 2021)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Esp. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Prof. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes • Prof. Dr. Zulmar Fachin

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Domingues, Emmanuel.
O agravo interno no código de processo civil de 2015: juízo de admissibilidade e questões correlatas / Emmanuel Domingues. – Londrina, PR: Thoth, 2021.

303 p.
Bibliografias: 287 - 303
ISBN 978-65-5959-051-3

1. Recursos. 2. Processo Civil. 3. Agravo Interno. 4. Admissibilidade. I. Título.

CDD 341.46

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual Civil : 341.46

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR.....	7
AGRADECIMENTOS.....	13
APRESENTAÇÃO.....	17
PREFÁCIO.....	19
LISTA DE SIGLAS.....	21
INTRODUÇÃO.....	27
CAPÍTULO 1	
CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA: BREVE HISTÓRICO DO AGRADO INTERNO, COLEGIALIDADE E PODERES DO RELATOR, NATUREZA JURÍDICA, NOMENCLATURA E ESPÉCIES.....	33
1.1 Escorço histórico do agravo interno como meio impugnativo às decisões unipessoais proferidas em segunda instância.....	34
1.1.1 O período Colonial.....	34
1.1.2 O período do Brasil Império.....	37
1.1.3 O período da República.....	39
1.1.3.1 O código de processo civil de 1939.....	42
1.1.3.2 O código de processo civil de 1973.....	45
1.1.3.3 O código de processo civil de 2015.....	53
1.2 colegialidade e poderes do relator.....	61
1.2.1 A evolução legislativa da ampliação dos poderes do relator no Brasil.....	68
1.2.1.1 Os poderes do relator no Cpc/2015.....	75
1.2.1.1.1 A exclusão da possibilidade de julgamento monocrático com base em “jurisprudência dominante”.....	76
1.2.1.1.1.1 A manutenção da expressão “jurisprudência dominante” pelo STJ (Súmula 568 e regimento interno).....	81
1.2.1.1.1.2 O poder de facultar a correção de vícios de admissibilidade recursais: alteração de paradigma em relação ao CPC/1973.....	84

1.2.2 A atuação unipessoal do relator: um “porta-voz” do colegiado?..	85
1.3 Natureza jurídica do agravo interno	93
1.4 Nomenclatura do recurso: “agravo interno”	95
1.5 Espécies de agravo interno	97

CAPÍTULO 2

DISTINÇÃO ENTRE O JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E O JUÍZO DE MÉRITO RECURSAL, A PRIMAZIA DA SOLUÇÃO DE MÉRITO, O MODELO COOPERATIVO DE PROCESSO E SUA RELAÇÃO COM A ADMISSIBILIDADE DO AGRAVO INTERNO.....

2.1 Juízo de admissibilidade e juízo de mérito recursal.....	100
2.1.1 O juízo de admissibilidade monofásico: alteração de paradigma..	103
2.1.2 A proibição de “decisão-surpresa”	106
2.1.3 Natureza jurídica da decisão do juízo de admissibilidade.....	114
2.1.4 Mérito da ação e mérito do recurso	117
2.1.5 Mérito do agravo interno	123
2.2 A primazia da solução de mérito, o processo cooperativo e sua relação com a admissibilidade do agravo interno	130
2.2.1 A primazia da solução de mérito como princípio positivado no CPC/2015	130
2.2.2 O modelo cooperativo de processo e o princípio da cooperação..	142
2.2.3 A primazia da solução de mérito, o processo cooperativo e o combate à jurisprudência defensiva	150
2.2.4 Os requisitos de admissibilidade sanáveis	158
2.2.5 A primazia da solução de mérito, o processo cooperativo e o juízo de admissibilidade do agravo interno	167

CAPÍTULO 3

OS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DO AGRAVO INTERNO.....

3.1 Os requisitos intrínsecos de admissibilidade	176
3.1.1 Cabimento	177
3.1.1.1 Da ineficiência do agravo interno interposto contra decisão que concede, indefere, modifica ou revoga a tutela de urgência recursal pleiteada em agravo de instrumento.....	182
3.1.1.2 A ampliação das hipóteses de cabimento do agravo interno em contraposição às restrições de julgamento monocrático impostas pelo CPC/2015 (“precedente vinculante”).....	186
3.1.1.3 A técnica de conversão de embargos de declaração em agravo interno (aplicação do princípio da fungibilidade?).....	193

3.1.1.4 O cabimento de agravo interno contra acórdão que julga embargos de declaração interpostos em face de decisão monocrática e contra decisão monocrática que julga embargos de declaração interpostos em face de acórdão.....	202
3.1.1.5 O cabimento de agravo interno contra decisões de inadmissibilidade de recurso especial e extraordinário nos tribunais..	206
3.2 Legitimidade para recorrer	209
3.3 Interesse recursal	214
3.3.1 O critério da utilidade.....	216
3.3.2 O critério da necessidade	220
3.3.3 O interesse em recorrer da fundamentação da decisão.....	220
3.3.4 A ausência de impugnação específica	224
3.3.5 A prática de ato incompatível com o interesse em recorrer.....	229
3.3.6 O interesse em interpor agravo interno para fins de esgotamento de instância	229
3.4 Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do poder de recorrer (requisitos negativos de admissibilidade).....	232
3.4.1 Os fatos impeditivos ao poder de recorrer	234
3.4.2 O fato extintivo ao poder de recorrer.....	237
3.5 Requisitos extrínsecos de admissibilidade	240
3.5.1 Preparo	240
3.5.1.1 O preparo no agravo interno.....	242
3.6 Regularidade formal.....	248
3.6.1 A (im)possibilidade de complementação das razões recursais.	255
3.7 Tempestividade	258
3.7.1 A prova do feriado local.....	266
CONCLUSÕES.....	275
REFERÊNCIAS.....	287